

## **Entrevista com a professora Maria Augusta da Nóbrega Cesarino, Diretora da Escola de Biblioteconomia da UFMG de 1990 a 1994.**

*Maria Augusta da Nóbrega Cesarino*<sup>1</sup>

*Maria Aparecida Moura*<sup>2</sup>

Docente da Escola de Biblioteconomia da UFMG por quase 30 anos, Maria Augusta da Nóbrega Cesarino foi também vice-diretora de 1986 a 1990 e diretora no período de 1990 a 1994. A ex-diretora concedeu essa entrevista à Professora Maria Aparecida Moura para Revista Perspectiva em Ciência da Informação em 06 de julho de 2010.

**Entrevistadora:** Como se deu a sua escolha profissional no campo da Ciência da Informação?

**Profa. Maria Augusta:** Cursei Biblioteconomia na UFMG, no período de 1967-1969, época bastante conturbada da política brasileira e com grandes reflexos nas universidades públicas. Por que fiz essa escolha?

Nasci em Campanha, uma cidade bem pequena no Sul de Minas, mas que foi numa determinada época, o berço cultural da região. Era e é até hoje sede de bispado e contava com dois excelentes colégios religiosos, o Colégio Sion para as meninas e um colégio canadense para os meninos. Tive o privilégio de estudar no Sion, do curso primário ao curso normal, em horário integral. O ensino era de ótima qualidade. Além das disciplinas obrigatórias de qualquer colégio, tínhamos também inglês, francês, latim, música, desenho, história do povo de Israel, economia doméstica, bordado, piano e esporte. Mesmo com tudo isso havia uma exigência grande em relação ao ensino de matemática e português. Eu gostava das aulas de português, principalmente de literatura. O colégio contava com uma excelente biblioteca e nela reinava a Mãe Deodata, numa sala linda e silenciosa, lendo o dia inteiro. Naquela época, Campanha tinha menos de cinco mil habitantes na área urbana e três livrarias, sendo uma delas em frente à minha casa. Nessa livraria tínhamos caderneta, comprávamos à vontade sem que meu pai fizesse qualquer objeção. Hoje vejo como as prioridades em minha família eram bem definidas: alimentação, saúde, educação e cultura.

---

<sup>1</sup> Professora aposentada da Escola de Ciência da Informação da UFMG

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação da UFMG. E-mail: [mamoura@eci.ufmg.br](mailto:mamoura@eci.ufmg.br)

A cidade contava também com a maior Diretoria de Correios e Telégrafos de Minas. Minha mãe era professora primária e meu pai telegrafista. Com seis filhos, para complementar a renda, ele era representante de dois grandes jornais da época: o Estado de São Paulo (o famoso Estadão) e o Correio da Manhã, jornal do Rio de Janeiro muito lido e que não existe mais. Os jornais importantes dedicavam espaço para a literatura com grandes cronistas e poetas. Meu pai representava também algumas editoras como a Saraiva.

A televisão custou a chegar à cidade. O cinema era a grande diversão, o próprio Cine Paradiso, mas só nos finais de semana. Meu avô também lia muito. Com ele tomei contato, com um grande clássico, A Divina Comédia de Dante, numa edição em italiano com ilustrações de Gustavo Doré. Fiquei fascinada com esse livro. Na casa do meu tio, o médico da cidade, também se lia muito e de tudo, romances, biografias, livros de viagens, dicionários (ele era apaixonado por dicionários) além das revistas O Cruzeiro, Manchete, Alterosa, Capricho, Ilusão (e porque não?).

A imagem que eu tinha do bibliotecário era daquele profissional que passava os dias lendo numa biblioteca, e conversando com os leitores que ali apareciam. A parte técnica da profissão não me interessava. Eu imaginava que deveria ser mínima e simples porque o importante era ler e conversar sobre livros. Nesse cenário, nada mais natural do que me dirigir para o curso de Biblioteconomia. Eu não conhecia Belo Horizonte, pois meus tios moravam no Rio de Janeiro e eu passava minhas férias lá. Queria estudar no Rio, mas meu pai, preconceituosamente, disse que naquela cidade ninguém levava nada a sério e se quisesse estudar Biblioteconomia seria em Belo Horizonte onde meu irmão já morava e fazia Medicina. Confesso que a minha escolha por essa carreira decepcionou todo mundo: professores, família, amigos. Queriam que eu fizesse Direito ou, pelo menos, Letras. Mas não me arrependi e nunca me envergonhei da profissão ou de trabalhar em biblioteca.

Em março de 1967 comecei o curso de graduação na Escola de Biblioteconomia da UFMG que funcionava no 6º andar do prédio da Reitoria, já no campus da Pampulha. De início, o curso não era o que eu imaginava. Algumas disciplinas técnicas eram monótonas. Em compensação, as aulas de Literatura com a Prof.<sup>a</sup> Ângela Vaz Leão fascinavam a todas nós. Tínhamos Filosofia, História da Arte, Sociologia, Paleografia. Das disciplinas técnicas, eu gostava imensamente de Administração de Bibliotecas dada pela Prof.<sup>a</sup> Etelvina Lima, que prendia nossa atenção com seus exemplos, sua vivência internacional que ela sabia tão bem analisar com olhar crítico adaptando para as nossas bibliotecas escolares e públicas, suas preferidas, o que era realmente bom e necessário para a nossa realidade. Aqui abro parênteses para lembrar o que escrevi sobre ela na entrevista realizada em agosto de 1998: "Dona Etelvina soube, como poucos, antecipar o futuro, mantendo vivas as lições do passado e conhecendo bem o chão onde pisava.". Eu gostava também da disciplina Classificação que permitia visualizar uma área do conhecimento, sua estrutura, seu vocabulário, as relações internas e

externas. Esse prazer me encaminhou para o ensino de Indexação. Eu me graduei em 1969, pois o curso era de três anos. Só depois da reforma curricular de 1985 passou para quatro anos.

O currículo da época era ainda baseado no modelo clássico de uma biblioteca nacional ou de uma biblioteca patrimonial, mas já incorporando a orientação técnica ditada pelo modelo americano, voltado para as bibliotecas escolares, públicas e universitárias. Entendo que a proposta estava correta, pois se dirigia para a maior fatia do mercado de trabalho do bibliotecário. Gostaria de ressaltar que estudo recente feito sobre o mercado de trabalho do bibliotecário em São Paulo mostrou que essas bibliotecas representam mais de 80% do mercado empregador, do graduado em Biblioteconomia. Outro aspecto importante a destacar no ensino da época é que os professores tinham, quase todos, experiência profissional na área em que atuavam. Como a dedicação exclusiva só foi implantada na década de 80 e os professores eram contratados em regime de 12 horas ou de 24 horas, isso permitia a eles trabalharem em diferentes tipos de bibliotecas. Dirigiam bibliotecas especializadas (sobretudo jurídicas), universitárias, escolares e públicas. A falta da pós-graduação formal era minimizada por aquela "sabedoria de experiências feita" que completa os bons profissionais. Acrescento ainda que o bom professor não se limitava a copiar o modelo da instituição vizinha, pois a biblioteca da Escola era a melhor do país, assinava as revistas internacionais mais relevantes além dos melhores livros o que permitia a atualização do corpo docente. Percebíamos isso quando a Escola recebia visitantes estrangeiros e os nossos professores já conheciam o pensamento deles através da leitura de seus livros e artigos.

Paralelamente ao curso de graduação, de 1967 a 1969 fui bolsista da Fundação Ford e fiz estágio na biblioteca do curso de mestrado em Ciências Políticas que funcionava no 7º andar do prédio da Reitoria. .. Posso dizer que foi o meu batismo de fogo no atendimento ao usuário. Era o período áureo do curso de Ciências Políticas, com vários alunos e professores que, mais tarde, ocuparam postos significativos na vida política e acadêmica do país. Eram leitores exigentes e críticos em relação a tudo inclusive à prática bibliotecária. Para mim, esse estágio funcionou como uma verdadeira escola.

De 1969 a 1971, trabalhei no Conselho de Pesquisas, hoje Pró-Reitoria de Pesquisas, elaborando um banco de dados dos pesquisadores da UFMG formado principalmente de professores do Instituto de Ciências Exatas, de Ciências Biológicas, nomes da Escola de Medicina, da Veterinária, da Engenharia e da Fafich. Esse trabalho me deu uma visão ampla da pesquisa que estava sendo desenvolvida na UFMG: as áreas, os principais grupos, os temas pesquisados, os periódicos onde se publicava. Foi uma experiência privilegiada conviver com aqueles que eram os leitores exigentes e valorizavam as bibliotecas.

O período da ditadura militar e o curso de mestrado em Ciência da Informação realizado no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia- IBICT.

Em 1974, fui aceita pela Case Western Reserve University, de Cleveland para o curso de mestrado em Ciência da Informação, com bolsa da CAPES. Ocorre que, nessa época, o Brasil vivia o período dos “anos de chumbo”, um dos mais duros da ditadura militar, tendo como presidente o General Emílio Garrastazu Médici. Continuavam as prisões, torturas, mortes, desaparecimentos, demissões. Em 1973, eu havia sido presa, dentro do prédio da Escola, no intervalo de aula, pelo DOI-CODI, grupo especial criado pelo governo Costa e Silva e que atuou duramente nas atividades de repressão durante o governo Médici, sendo acusada de tramar contra o governo militar e pertencer à APML do B, uma dissidência da Ação Popular (AP) da qual eu nunca havia ouvido falar. Fui acusada também de participar de um grupo da universidade que tinha um trabalho conjunto com o movimento operário da Cidade Industrial, coisa que eu também desconhecia. Isso não tinha a menor importância, pois se tratava, na verdade, de criar fatos e ligações ainda que falsas para justificar uma prisão, um julgamento e, certamente, atemorizar a comunidade universitária. O que deveria se limitar a alguns dias de prisão na 4ª. Cia. de Comunicações do Exército que funcionava próximo ao campus da UFMG, acabou por se transformar em julgamento pela Justiça Militar, em 1975, quando fui absolvida das acusações.

Ainda em 1975, pouco antes do julgamento e faltando dois meses para a viagem, a CAPES cancelou a minha bolsa através de um ofício apenas rubricado, sem assinatura. Fui impedida de sair do país. Só poderia fazê-lo clandestinamente e seria julgada à revelia. Fiz então o mestrado do IBICT, que era quase uma filial de Cleveland, pois vários professores vinham de lá. Eu me interessei pelas aulas do Prof. Tefko Saracevic, pela metodologia de ensino por ele adotada e, sobretudo pelo estudo dos canais de comunicação na ciência e na tecnologia, os formais e os informais. O estudo desses canais, principalmente dos informais, nos faz entender melhor o fenômeno da internet, as suas limitações e suas extraordinárias vantagens. Tive duas disciplinas com o Prof. Lancaster, um dos principais nomes da área de Tratamento da Informação. Eu já conhecia os textos do Prof. Lancaster e pude aproveitar melhor suas aulas. Alguns colegas que vinham de universidades que ainda nem tinham começado a abordar os sistemas de recuperação da informação e a área de Tratamento, sentiam mais dificuldades, assim como aqueles que tinham outra formação. A biblioteca da Escola de Biblioteconomia da UFMG era bem superior à do IBICT e eu vinha muito aqui para fazer minhas leituras e pesquisas. A disciplina de Teoria da Classificação, dada pela Prof. Ingetraut Dahlberg, da Universidade de Frankfurt também era ótima. Nessa universidade, a disciplina fazia parte do currículo de Filosofia.

A minha dissertação de mestrado tratou do fluxo de informação no BDMG e foi desenvolvida a pedido da própria instituição. Eu a concluí, mas não a defendi. No final de 1978, o IBICT passou por grande crise institucional, a pessoa que seria minha orientadora saiu da instituição e eu fiquei meio órfã. Na verdade, a não apresentação desse trabalho foi indesculpável. Não terminar o mestrado e não fazer o doutorado fica por conta daqueles erros que se comete e só se arrepende mais tarde. Fazer o doutorado, de preferência numa boa universidade do exterior, abre portas e confere autoridade. Isso me lembra o comentário meio irônico de uma queridíssima mestra, ela própria detentora de um brilhante doutorado na Europa que dizia: a pós-graduação no exterior melhora os bons e piora os maus profissionais, conferindo-lhes vaidade e arrogância, sem nenhuma efetiva contribuição ao país que pagou, com sacrifício, por essa formação.

Não sei se a pós-graduação teria me encaminhado para a pesquisa, o fato é que me voltei mais para o ensino e a administração. E a experiência em administração universitária, embora bastante específica, me deu régua e compasso para, mais tarde, administrar a rede de bibliotecas públicas de Minas Gerais, trabalho que me proporcionou um grande prazer, além do sentimento de realização profissional e a sensação do dever cumprido por ter participado, com bons resultados, da construção da cidadania nesse país.

**Entrevistadora:** Mas como foi essa transição entre a formação em Biblioteconomia e o fato de se tornar professora da Escola?

**Profa. Maria Augusta** - Minha carreira acadêmica começou em 1970. Eu havia me graduado em 1969. No ano seguinte fui para o Rio de Janeiro com uma colega e colocamos um anúncio no Jornal do Brasil que era o principal jornal carioca da época: "Bibliotecárias graduadas se oferecem...". Recebemos uma proposta do SESC para planejar, implantar, organizar e treinar pessoal para a biblioteca do clube de campo da Instituição, recém inaugurado. Ficava em Petrópolis e era muito bonito. A proposta era bem avançada para a época e acho que ainda é. Quantos clubes pensam em montar uma biblioteca para seus associados como opção de lazer? Nessa ocasião, a UFMG abriu concurso para a vaga de professor auxiliar de ensino na área de Documentação que era voltada para a informação especializada e para as instituições que, no fundo, desempenhavam as mesmas tarefas das bibliotecas especializadas, mas se intitulavam centros de documentação, centros de análise da informação, núcleos de informação. Desisti do SESC, voltei, fiz o concurso e comecei minha carreira acadêmica no Departamento de Bibliografia e Documentação. Comecei como auxiliar de ensino, em 1977 fiz um concurso público para professor assistente e mais tarde concurso de títulos para professor-adjunto. Passei pelos regimes de 12 horas, de 24 horas e só em 1978 fui contratada em regime de dedicação exclusiva.

**Entrevistadora:** Que disciplinas a senhora lecionava?

**Profa. Maria Augusta:** Lecionei por vários anos as disciplinas Introdução à Documentação e Documentação. Esta era oferecida no último semestre e buscava aplicar ao ambiente da biblioteca especializada e dos centros de documentação vários itens técnicos que já tinham sido ensinados antes, como seleção de acervos (livros, documentos, relatórios, materiais especiais como mapas, plantas, fotos) indexação, estudo de usuário, treinamento de usuário, serviços de disseminação da informação, etc. Era uma disciplina síntese voltada para a informação especializada. Outra disciplina que foi para mim um grande desafio, mas me deu imenso prazer criá-la, levantar a bibliografia básica, traduzir e elaborar textos, descobrir uma metodologia interessante e eficaz foi Indexação (na graduação) e Princípios e Prática de Indexação (para o curso de mestrado). Lecionei também várias outras disciplinas, optativas e obrigatórias. Lembro-me de Reprografia, Organização e Funcionamento de Bibliotecas de Empresas, Serviços de Documentação em Bibliotecas Especializadas, Informação e Biblioteconomia, Disseminação da Informação, Educação de Usuário. Orientei trabalhos de conclusão de curso. Este era um momento ímpar de reflexão e amadurecimento do aluno mas foi eliminado na reforma curricular de 85 e substituído pelo trabalho final de planejamento, o que não era a mesma coisa. Penso que a eliminação do TCC foi uma grande perda para o aluno, embora o corpo discente tivesse feito a maior pressão para que a disciplina fosse extinta.

Destaco também três experiências interessantes fora de Minas. Na Universidade do Amazonas, como parte de um curso de especialização ofertado pela CAPES aos bibliotecários, lecionei Indexação, com 75 horas concentradas em três semanas. O calor era brutal, as condições precárias (as aulas eram dadas no período das 7 horas às 13 horas), mas o interesse dos alunos era compensador. Todos chegavam no horário e vários ficavam após as 13 horas buscando mais informações e apresentando experiências diversas. Aprendi muitíssimo com eles. Lecionei também, à disciplina Educação e Treinamento de Usuário para a Universidade de Pernambuco como parte de um curso de aperfeiçoamento. Estavam matriculados e presentes mais de 100 alunos. Foi um grande desafio atender às expectativas de um público tão diversificado, vindo de bibliotecas tão diferentes, mas muito interessados em aprender. A terceira experiência deve ser destacada pelo seu ineditismo na época. Em 1983, a CAPES e a ABEAS (Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior) montaram um curso de aperfeiçoamento por tutoria à distância para bibliotecários com atuação na área de ciências agrárias. Eram nove módulos. Cada professor desenvolveu um texto que deveria ser bem didático, bem claro, com exemplos da área e com uma bibliografia básica. O curso teve dois encontros presenciais, de três dias cada, com os professores presentes para dar uma aula síntese de seu módulo e esclarecer dúvidas. Muitas delas já tinham sido esclarecidas por correio. Fiquei responsável pelo módulo Tratamento e Recuperação da Informação. O curso atingiu mais de 300 participantes, pois foi aberto a bibliotecários de outras áreas. Posteriormente os textos foram muito utilizados nos

curso regulares de graduação em Biblioteconomia. Era um embrião dos cursos on-line, mais uma aplicação excelente do uso da Internet.

Sempre que possível, aceitei convite para lecionar em cursos de atualização para bibliotecários oferecidos pela ABMG. São experiências interessantes, pois trazem retorno daqueles que enfrentam muitas dificuldades no exercício profissional e encontram soluções criativas para garantir a melhoria ou, algumas vezes, a própria sobrevivência da biblioteca. Enfim, a docência foi à parte que mais prazer me deu em minha carreira acadêmica. Era considerada uma professora exigente, rígida, mas justa. Gostava de responder às dúvidas dos alunos, passar minhas experiências, orientar trabalhos, preparar aulas. Mesmo que a disciplina fosse à mesma, fazia alterações no programa, nos exercícios, na bibliografia recomendada.

E fiquei feliz com o reconhecimento dos alunos ao ser escolhida paraninfa várias vezes e homenageada outras tantas. Numa das vezes em que fui paraninfa, logo após a minha prisão, veio uma recomendação da reitoria de que a cerimônia poderia acontecer desde que eu não falasse. O Prof. Francisco Iglésias, homenageado da turma, falou por mim, tudo que eu gostaria de falar e muito melhor.

**Entrevistadora:** Em que momento surgiu a necessidade de ter uma produção nacional sobre os tópicos aos quais a senhora se dedicou?

**Profa. Maria Augusta:** Uma preocupação que sempre tive como professora foi a de redigir textos técnicos que orientassem os alunos. Também fiz a tradução de vários artigos pois, embora o acervo da biblioteca fosse excelente, quase tudo era em inglês e a grande maioria dos alunos da graduação não tinha domínio da língua.

Meus trabalhos publicados não são muitos. Escrevi artigos sobre assuntos das áreas em que lecionei como Centros de Documentação, Tratamento da Informação, Sistemas de Recuperação da Informação. Escrevi também artigos sobre o ensino de Biblioteconomia e outros em decorrência dos cargos que ocupei. Elaborei muitos textos didáticos para uso em sala de aula. Alguns dos trabalhos publicados foram significativos porque geraram metodologias depois repetidas em outras instituições. Os artigos da área de indexação, escritos em parceria com a Prof.<sup>a</sup> Cristina M. Ferreira Pinto, nasceram da grande necessidade que sentíamos de produzir textos didáticos que fossem acessíveis aos alunos e apresentassem os princípios básicos da indexação. Havia, na época pouquíssimos textos básicos em língua portuguesa e dentro da nossa realidade. A biblioteca da Escola adquiriu excelentes livros sobre Tratamento da Informação, mas todos em inglês. Os princípios não eram apresentados de forma didática e estavam dispersos dentro de vários capítulos. O mesmo acontecia com os princípios da Recuperação da Informação. As aulas de Indexação para o curso de pós-graduação geraram um número especial da revista sobre esse tema cujos tópicos ainda são muito pertinentes.

**Entrevistadora:** De que modo que a senhora foi se encaminhando para a atividade de gestora de unidade de ensino na UFMG e posteriormente a outros setores da gestão pública?

**Profa. Maria Augusta** - Posso dividir a minha atuação na área administrativa em dois momentos: na Escola de Biblioteconomia e na UFMG. Na Escola de Biblioteconomia ocupei vários cargos. Isto era mais ou menos comum. A Escola sempre teve um corpo docente pequeno para as suas necessidades, pois o numero de vagas decorria da relação entre o número de alunos X número de disciplinas X número de professores. O fato de ser uma escola e não um departamento trazia inúmeras vantagens, mas o preço era alto em termos de cargos administrativos. A estrutura básica de uma grande escola ou de uma escola pequena era a mesma. Como estávamos dispostos a pagar esse preço, cada um arcava com a sua cota. Para alguns, essa cota representava um grande sacrifício, para outros nem tanto. Eu gostava mais da sala de aula, mas ocupar um cargo administrativo era também importante para que todos nós, e, por conseguinte, a Escola atingisse o seu objetivo e se tornasse cada vez mais reconhecida e respeitada dentro e fora da Universidade. Fui chefe de departamento, coordenadora do colegiado de coordenação didática do curso de graduação, vice-diretora e diretora. Os dois primeiros cargos não eram remunerados quando eu os ocupei. E em todos eles continuei com os encargos docentes como era normal naquela época e ainda é até hoje, penso eu. Fiz parte do Conselho Editorial da Revista da Escola, do CENEX, do Colegiado de Graduação e de Pós-Graduação, de diversas comissões internas, bancas de concursos e de exames de seleção para o curso de mestrado. Presidi a comissão formada para organizar as comemorações dos 30 anos da Escola. Dessas comemorações, duas palestras foram excelentes: do Prof. Edgar da Matta Machado falando sobre a função social do livro e do Prof. Darcy Ribeiro, já de volta ao Brasil, que falou sobre Educação e Leitura.

Destaco o período em que dirigi o colegiado do curso de graduação, no momento da grande reforma curricular que alterou a estrutura dos departamentos e, digamos assim, a correlação de forças dentro da Escola. Havia um grande departamento – o de Biblioteconomia- e outro bem menor – o de Bibliografia e Documentação. Ambos se tornaram equivalentes em termos de numero de docentes. Hoje tal problema parece insignificante, mas, na ocasião, tomou grandes proporções e precisou ser administrado com muita habilidade. Conte com o inestimável apoio da nossa querida Elie dir, a secretária que todas nós queríamos. O curso passou de três para quatro anos. A maioria das disciplinas teve sua carga horária modificada. Algumas para mais, outras para menos. Disciplinas novas foram criadas, outras fundidas e muitas extintas. Essa grande reforma veio em decorrência das alterações do currículo mínimo e refletiam mudanças que internamente já estávamos fazendo. Uma das pessoas que conduziu a mudança curricular em plano nacional foi a Prof.<sup>a</sup> Ana Maria Athayde Polke.



Um pouco da história do currículo de Biblioteconomia na UFMG está contido no artigo escrito por mim e pela Prof.<sup>a</sup> Márcia Milton Vianna e publicado no número especial da nossa revista, comemorando os 40 anos da Escola. Vou apenas sintetizar aqui o que dissemos na introdução do artigo porque considero que essa forma de pensar ainda é válida. Ressaltamos que um currículo reflete a sua época, sofre as influências do estágio de maturidade em que se encontra a área do conhecimento, da visão política e ideológica da instituição, dos recursos humanos que vão implantá-lo, dos recursos financeiros disponíveis para sustentá-lo. Um currículo pleno é a "cara" da instituição. É ilusão querê-lo melhor do que a Escola, mas também não se deve aceitá-lo mais fraco. Não existe um currículo harmônico e de perfeito consenso. Além de incorporar as diferenças daqueles que o elaboraram, incorpora também o pensamento, as experiências e as práticas daqueles que vão executá-lo no dia a dia.

Dirigi a Escola de Biblioteconomia (o nome ainda não havia sido alterado) no período de 1990 a 1994 juntamente com a Prof. Jeannette Kremer, bibliotecária experiente que havia sido muito bem sucedida na gestão do centro de documentação da USIMINAS, um modelo nacional de centro de análise de informação em Siderurgia. Professora e pesquisadora reconhecida em todo o país, com quem sempre pude contar. Agradeço muitíssimo a ela pelo apoio recebido nos bons momentos e nos momentos de crise e pelo seu forte senso de compromisso com a Instituição. Procuramos seguir o exemplo da Prof.<sup>a</sup> Etelvina Lima, incutindo a dimensão acadêmica na função administrativa.

A minha posse aconteceu no auditório do prédio recém inaugurado da Escola, grande conquista da Prof. Marília Gardini, de quem fui vice-diretora. A cerimônia foi presidida pela Prof.<sup>a</sup> Vanessa Guimarães e contou com a presença de todo o corpo dirigente do reitorado além de muitos diretores e bibliotecários nos quais reconheci alunos queridos e colegas da área, sobretudo da rede de bibliotecas da UFMG, a qual eu havia coordenado pouco antes de assumir a direção da Escola. Contou com a presença do Administrador Regional da Pampulha que recebeu convite e veio pedir apoio para a criação de uma biblioteca pública na região e para as bibliotecas das escolas municipais. Na verdade, as presenças indicavam, mais do que prestígio pessoal, o reconhecimento ao trabalho da Unidade. Além disso, uma das marcas da administração da Prof.<sup>a</sup> Vanessa foi o espírito de equipe. O reitorado comparecia e prestigiava os eventos das unidades, bem como os eventos internos e externos da Universidade. A liderança da Prof.<sup>a</sup> Vanessa era realmente admirável. Um fato curioso da minha posse foi que o meu discurso surpreendeu a muitos professores de outras unidades, principalmente da Letras e da FAE. Comecei o discurso lendo o poema de Carlos Drummond de Andrade chamado "A Biblioteca Internacional de Obras Célebres" que é grande e eu fui temerária o bastante para lê-lo inteiro sem que a platéia dormisse. Depois citei Borges, Guimarães Rosa, França Junior, Humberto Eco, Caetano Veloso e terminei com versos de Geir Campos que julguei apropriados para a crise que se avizinhava. Defendi a idéia de que o acesso à leitura e à informação são condições básicas para o exercício

pleno da cidadania e todo e qualquer cidadão deve ter garantido também o acesso à Cultura. Esta, por sua vez, deveria ser sempre humanizante e transformadora. Destaquei o papel do bibliotecário como participante desse processo, como agente formador e não apenas gestor. Ressaltei as tecnologias da informação como instrumentos e não um fim em si mesmo. Dominá-las era necessário, mas tendo muito claro para que fim e a quem servir. Fiquei surpresa quando uma professora me disse que não imaginava que bibliotecários se interessassem por literatura e pela área da cultura, pois os discursos que ouvia eram sempre tão técnicos.

Comecei a fazer Biblioteconomia porque gostava muito de ler textos literários, e nada no curso, exceto as aulas de D. Ângela, me levou por esse caminho, ainda assim o prazer da leitura correu paralelo. E terminei o meu ciclo de atividades administrativas como gestora de uma área da cultura, tão necessária ao país e tão pouco valorizada nas academias, como é a biblioteca pública.

Ao refletir sobre isso, eu me lembro de Jesse Shera, autor clássico da Ciência da Informação que escreveu um dos artigos mais lidos da área comparando essa recém criada ciência com suas antecessoras a Biblioteconomia e a Documentação. Ele dizia acreditar que os desafios apresentados pela Ciência da Informação à Biblioteconomia fariam com que o bibliotecário retomasse o seu papel de profissional erudito (no melhor sentido do termo), ou seja, aquele que se interessa e conhece o conteúdo da área em que vai aplicar seus conhecimentos relativos à organização e à recuperação da informação. Com isso trago à tona uma questão não discutida e mal resolvida da biblioteconomia brasileira que é o duplo conhecimento. Essa questão, internacionalmente, está posta desde o início das cisões ocorridas na área. O surgimento da documentação se deu quando engenheiros, químicos, médicos, atuando em sistemas de informação de suas respectivas áreas, sobretudo com bibliografias especializadas, se recusavam a aceitar que estavam trabalhando como bibliotecários e propuseram uma nova terminologia. Shera disse mais ainda, que as novas técnicas e as novas tecnologias usadas pela Ciência da Informação poderiam ser aplicadas tanta à área de energia nuclear como a um conjunto de livros de literatura infantil.

No âmbito da UFMG, vivi experiências enriquecedoras e convivi com pessoas notáveis. Logo no início da minha carreira docente, fui indicada pelo Prof. Rubens Romanelli, da Faculdade de Letras e, na época, diretor do Conselho de Extensão (, hoje Pró-Reitoria de Extensão) para fazer parte do recém-criado Serviço de Documentação das Artes na UFMG, que deveria inventariar o acervo da Instituição. Em 1974, fui indicada pelo Reitor Prof. Cisalpino para fazer parte da Comissão Editorial da Universidade, juntamente com o Prof. Francisco Iglésias e Ramayana Gazzinelli. Na mesma ocasião fui indicada também para participar do Núcleo de Assessoramento Pedagógico da Universidade, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Maria Lisboa. Participávamos pela Escola, eu e a Prof.<sup>a</sup> Ana Maria Athayde Polke. Essa participação gerou o primeiro estudo feito no Brasil analisando o mercado de trabalho do bibliotecário. Estudamos os bibliotecários que atuavam em Belo Horizonte, onde estavam 50% dos

alunos graduados pela UFMG, no período de 1950 a 1974. A metodologia adotada por nós foi depois multiplicada em vários estados. Infelizmente, na ocasião, nem o Conselho Federal de Biblioteconomia nem a FEBAB tiveram condições de unir esses estudos isolados e gerar um quadro nacional do mercado. Outro trabalho nosso no NAP foi à análise do corpo discente da Escola de Biblioteconomia, contendo o perfil sócio econômico dos alunos, a expectativa em relação à profissão, a opinião em relação à Escola, aos professores, instalações e currículo. Os dois trabalhos foram publicados em nossa revista. O estudo de mercado foi apresentado no Congresso Nacional de Biblioteconomia em 1975, em Brasília. Esperávamos que a descrição do perfil do bibliotecário gerasse bastante polêmica, mas isso não ocorreu.

Na gestão do Prof. Cid Veloso, participei do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) como membro da Câmara de Graduação, inicialmente sob a direção do Prof. Mauro Mendes Braga e depois da Prof.<sup>a</sup> Vanessa Guimarães, ambos excelentes gestores que conheciam o ensino de graduação como poucos. Nesse período, a Câmara de Graduação fez a revisão das normas acadêmicas que regulavam o ensino de graduação. Essa revisão era absolutamente necessária, pois os cursos apresentavam inúmeros problemas, alguns deles com índice altíssimo de retenção de alunos, outros com muitas vagas ociosas. O curso de Biblioteconomia tinha pouca retenção, mas o índice de evasão em função dos pedidos de reopção era alarmante. Currículos eram mal elaborados com cadeias de pré-requisitos que asfixiavam os alunos. Um número grande de discentes permanecia na universidade o dobro, até mesmo o triplo de tempo necessário para a obtenção de seu título sem cumprir nem a metade do currículo e inteiramente despreocupados em relação a isso. Havia o tabu do "jubramento", herança do período da ditadura. Foi um trabalho árduo, mas extremamente gratificante. As normas acadêmicas, tais como os currículos, refletem a posição política e pedagógica da instituição naquele momento e como tal devem permanentemente ser revisadas. Entretanto, depois de anos de estagnação, esse trabalho de analisar profundamente os currículos, os problemas relativos ao fluxo de entrada e saída dos alunos, a criação de uma nova metodologia para esse tipo de análise mostrou que normas não são imutáveis, podem ser flexíveis e constantemente aperfeiçoadas, melhorando bastante a relação do aluno com seu curso. Ainda como membro do CEPE participei da comissão organizadora de uma série de seminários tratando da Política Acadêmica, Administrativa e Avaliação Institucional da UFMG. Alguns deles abordaram assuntos bem polêmicos na ocasião como normatização da prestação de serviços, o papel das fundações, o ensino de 2º. Grau na UFMG. Penso que CEPE e Conselho Universitário são grandes escolas para a formação de um gestor universitário. Participar desses órgãos é um privilégio, se o professor assim o entender e tiver interesse em conhecer a riqueza de uma grande universidade.

**Entrevistadora:** Qual era o perfil dos professores, funcionários e alunos da Escola à época?

**Profa. Maria Augusta:** Na década de 90, o corpo docente era constituído, em sua maioria, de profissionais graduados em Biblioteconomia. Muitos com mestrado e doutorado na mesma área. Durante minha gestão como diretora, houve aposentadoria em massa tanto de professores como de funcionários. E a reposição só melhorou a partir de 93. Nesse final da gestão, a reitoria conseguiu recursos para investir mais na qualificação docente e do técnico administrativo. Os funcionários técnicos administrativos formavam um corpo reduzido de pessoas que trabalhavam arduamente. Minha política era ter uma equipe pequena, competente e dedicada a ter equipe grande, mas com pessoas que já haviam causado inúmeros problemas em outras unidades. Funcionários e professores cumpriam horário. Era inadmissível que um setor de atendimento ao público não estivesse de portas abertas no horário pré-determinado para que isso acontecesse. Permitir que funcionário e professor fizessem seu próprio horário independente do interesse da instituição e de sua comunidade revelava não apenas o descompromisso do funcionário, mas a ausência de direção. A pressão por melhor qualificação do corpo docente era grande e os recursos vieram. Entretanto, o desejo e a necessidade, ambos bastante compreensíveis, tanto dos professores como da Escola por qualificação aumentou um problema que já existia. O professor fazia concurso para determinada área e se candidatava ao doutorado para outra, gerando, na sua volta, uma esquizofrenia que prejudicava a ambos, pois continuava lecionando a disciplina para a qual havia feito concurso e seguia sua carreira de pesquisador na área do doutorado. O desinteresse pelo ensino da graduação se refletia na repetição de programas e bibliografias quando a Escola esperava uma visão diferente ou pelo menos mais atualizada da área. A área de Tratamento da Informação sentiu bem tal questão, o que talvez explique a manutenção por anos dos mesmos textos e programas.

Os interesses individuais por determinados temas de pesquisa também geraram problema. Nem sempre o pesquisador, mesmo sendo bom, conseguia aglutinar à sua volta seguidores interessados em formar uma massa crítica na área o que tornava a pesquisa e o ensino daqueles assuntos frágeis e sem garantia de continuidade. As Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão nos alertaram, mostrando a necessidade da Unidade concentrar esforços em áreas prioritárias de modo a produzir um conhecimento de excelência naqueles temas e formar equipes. Na verdade, os dois problemas foram gerados por um sentimento muito forte na época que aparecia como um grande conflito: a liberdade de escolha do pesquisador versus a política da Instituição. Espero que tais questões tenham sido superadas. Deixei a direção com um sentimento de frustração em relação à criação de um núcleo voltado para o estudo das questões relacionadas à leitura e transferência de informação em bibliotecas públicas, escolares e comunitárias. Houve um antagonismo inexplicável entre o grupo dito "social" e o grupo "tecnológico". A

aprovação do núcleo voltado para a indústria se deu numa reunião nada tranqüila da Congregação. A competência, persistência e habilidade do Prof. Afrânio Carvalho de Aguiar foram o fiel da balança. Essa disputa era um falso problema. Havia espaço e interesse da Escola para que as duas linhas se desenvolvessem e se completassem. O curso de pós-graduação já vinha produzindo pesquisas e teses sobre as questões que afetavam o acesso à leitura, a organização da documentação popular, os problemas das bibliotecas comunitárias. Era uma questão de sistematizar a área e conseguir recursos financeiros. Essa disputa me lembra dois comentários. Na ocasião, um professor muito competente e respeitado da área de C&T disse, ironicamente que " Na área de Ciências Sociais, as pessoas gostam mais dos problemas do que das soluções." Penso que este é um raciocínio muito simplista. Talvez as questões nessa área sejam mais complexas e, certamente há menos recursos financeiros para estudá-las. Mas o comentário seguinte, feito por um dos nossos secretários da Cultura quando eu já estava na Biblioteca Pública não é totalmente destituído de fundamento. Pelo contrário. Dizia ele que 80% dos problemas com que lidamos na área pública são criados pelas pessoas que ali estão para resolvê-los. Embora haja muito de verdade nesse comentário, acho que o percentual não é tão alto assim .

**Entrevistadora:** E a visibilidade da Escola fora da UFMG?

**Profa. Maria Augusta:** Como excelência e relevância social são dois parâmetros para se avaliar o desempenho de uma escola, e relevância social exige relação estreita com a sociedade visando encontrar, com ela, soluções para os problemas, busquei fazer essa aproximação. A Escola participou ativamente de encontros sobre bibliotecas escolares e bibliotecas públicas juntamente com a ABMG e com o CRB, apresentou projetos à Secretaria Municipal de Cultura para criar bibliotecas comunitárias nos bairros de atuação do carro, participou da realização do Biblos, congresso nacional de Biblioteconomia realizado em 1994 que deixou marca significativa na área de leitura.

A escola de Biblioteconomia sempre foi muito respeitada dentro da UFMG. Tinha visibilidade como instituição, mas isso não significava uma linha institucional de trabalho acadêmico em conjunto com outra unidade, como poderia ocorrer, por exemplo, com a FAE ou com a FALE ou qualquer outra. Havia evidentemente professores que trabalhavam com colegas de outras unidades, faziam pesquisas, publicavam artigos em co-autoria, mas eram bem poucos e esse trabalho era resultante mais de uma ação individual. Fora da UFMG, a Escola tinha grande visibilidade dentro da comunidade acadêmica formada pelos cursos de Biblioteconomia. Era uma das três únicas escolas do país no conjunto de mais de 30 cursos, ou seja, uma unidade independente com orçamento próprio, poder próprio, assento garantido junto aos órgãos colegiados superiores da Universidade o que não ocorreria se fosse apenas um departamento ou, menos ainda, um curso dentro de um departamento. Um corpo docente em dedicação exclusiva, bem qualificado, prédio

próprio muito bom especialmente planejado para suas necessidades, com ótima infra-estrutura, considerando as condições das demais, bons laboratórios e, principalmente, uma excelente biblioteca, numa época em que a internet ainda era parte do futuro e não do cotidiano. Sua ótima revista que sobrevivia mesmo em momentos de crise financeira, mantendo a periodicidade regular e a qualidade dos artigos, era um excelente instrumento de divulgação dos seus cursos. E ainda, era parte integrante de uma das maiores universidades públicas do país o que fazia uma enorme diferença.

O carro biblioteca tão importante para a Escola aumentava essa visibilidade e conferia à instituição um selo de ação social voltada para áreas carentes de acesso à leitura. O seu desempenho era sensacional, com uma procura intensa por parte dos moradores, uma estatística de uso impressionante. Os alunos gostavam de estagiar ali, embora a remuneração fosse mínima. A equipe de funcionários liderada pela bibliotecária Marlene Edith era competente e dedicadíssima. Dois problemas, entretanto, persistiam, o carro não conseguia fazer o trabalho de conscientizar o bairro para uma luta política: exigir do poder público municipal a criação da biblioteca pública que ficasse aberta todos os dias e não apenas uma vez por semana ou até de 15 em 15 dias. O trabalho de rotina era grande, mas, na verdade, faltava à Escola de Biblioteconomia conhecimento de como fazer essa ação de conscientização da comunidade para o atendimento a um direito cultural básico que era o acesso à leitura, quais os parceiros nessa ação, quais os canais do poder público a ser abordados. Porque isso acontecia? Penso que por dois motivos. Em primeiro lugar, o bibliotecário, por sua formação, nunca deu a devida importância à ação política, não sabendo como conduzi-la e a confundindo com política partidária. Em segundo lugar, o carro não era prioridade nos conteúdos dos programas de graduação nem de pós-graduação, ou seja, embora importantíssimo, suas atividades não decorriam do ensino ou da pesquisa. Assim sendo, atuava paternalisticamente permanecendo no mesmo bairro por mais de 10 anos, substituindo a biblioteca, mas não ajudando a comunidade a criar a sua própria. Acredito que esse panorama já tenha mudado.

**Entrevistadora:** Que dificuldades e que conquistas a senhora destacaria ao longo de sua gestão?

**Profa. Maria Augusta** - Fui diretora da Escola no período de 1990-1994. É importante conceituar esse momento político do país – o Governo Collor - que muito afetou as universidades públicas e o contexto vivido pela UFMG. No meu entendimento, o diretor é o condutor de um processo e seu papel envolve três dimensões: a dimensão política em que ele representa a sua unidade externamente, junto aos órgãos colegiados da universidade, de modo a garantir as melhores condições para sua escola, mas também garantir a existência da UFMG como universidade pública, gratuita, de qualidade, com liberdade acadêmica e autonomia. Como dimensão política deve também, fortalecer as relações da Escola com a

sociedade de modo a dar relevância social à prática acadêmica. Deve divulgar o trabalho desenvolvido pela Unidade de modo a torná-la cada vez mais reconhecida e respeitada. Como dimensão acadêmica o diretor deve ser um interlocutor e estimulador das propostas apresentadas pela sua comunidade, buscando a integração entre o ensino de graduação e o de pós entre si e destes com a pesquisa e a extensão, estimulador de propostas para democratizar o acesso ao conhecimento que se elabora na Universidade, não só ampliando horários e ofertas de cursos de graduação, pós, especialização e atualização, como renovando conteúdos. E como dimensão administrativa, é fundamental buscar recursos, dentro e fora da UFMG de modo a garantir a infra-estrutura adequada ao trabalho acadêmico, sobretudo de biblioteca e laboratórios. Deve-se também estimular a participação de professores e alunos em eventos da sociedade, sobretudo naqueles que possibilitam a troca de idéias, despertam a curiosidade e o interesse pelo fato novo (que não significa exclusivamente novas tecnologias) ou desconhecido que possa ser trabalhado e incorporado ao conhecimento da Unidade. E ainda abrir espaço para debates da classe profissional. É importante assegurar o trabalho integrado de toda a comunidade da Escola, bem como garantir clareza nas informações e agilidade na comunicação com os diversos segmentos da unidade, estimulando a participação de todos.

É claro que eu não fiz tudo isso, mas fiz o que foi possível. Procurei dar continuidade e preservar o trabalho de qualidade, seriedade e, algumas vezes, de pioneirismo que vem caracterizando a atuação da nossa escola, além de buscar uma constante renovação de idéias e metodologias de trabalho. Para garantir qualidade e relevância, sobretudo esta última, é fundamental renovar as relações da Escola para com a sociedade.

O diretor não pode, sob pena de prejudicar a sua instituição, manter-se desinteressado ou alheio ao que se passa no país, no estado e, principalmente em sua universidade que é federal, mas é de Minas. Nacionalmente, espera-se que uma escola como a nossa participe ativamente e até mesmo lidere a discussão dos problemas sociais que afetam o país e esteja no âmbito de competência da Ciência da Informação, tal como o acesso à leitura, sem a qual não temos cidadãos pensantes. A época das escolas de Biblioteconomia "torres de marfim alienadas" existiu, mas já acabou faz tempo. Como escolas de Ciência da Informação que têm por objeto de estudo um produto social de grande conotação e uso político, imagina-se que, por seu pensamento e por sua prática, sequer caibam nesse modelo.

Voltando ao contexto político, eu diria que, por pior que fosse a situação da época da ditadura militar, as perseguições não afetaram tanto a Escola de Biblioteconomia como afetaram várias outras unidades da UFMG. O meu caso foi um caso isolado. Recebi todo o apoio de professores, funcionários e alunos. Devo muito à minha comunidade, principalmente às professoras Etelvina Lima, Martha Carvalho e Maria Luiza Alphonsus de Guimaraens Ferreira. Mas com Fernando Collor foi diferente. O governo tratava as universidades públicas, ou melhor, o

serviço público como inimigo. Como não tinham autonomia, as universidades ficavam inteiramente dependentes da visão e da vontade do governo. A ausência de interlocução entre as duas partes era total. Tudo era difícil, recursos financeiros e a reposição dos recursos humanos que já estavam drasticamente reduzidos com a aposentadoria em massa gerada pela implantação do Regime Jurídico Único e pelo temor das medidas que poderiam ser tomadas pelo governo Collor. O governo federal anunciava como meta a demissão de 30% dos servidores públicos. Isto para as universidades era trágico. Somado às aposentadorias representaria o desmantelamento das instituições. Na ocasião, as IFES sofriam uma campanha de marketing negativo comandada pelo próprio governo e com grande espaço na mídia. Foi ainda o momento de maior queda salarial.

A estratégia adotada pelas universidades incluía aproximação com a sociedade civil, estreitamento dos laços com a classe política e, sobretudo, uma luta política de resistência da própria comunidade universitária e do conjunto das universidades públicas. Foi criada uma associação de dirigentes das universidades federais fortes o bastante para enfrentar os embates constantes com o MEC, a ANDIFES, e a nossa reitora, Prof.<sup>a</sup> Vanessa Guimarães foi a sua primeira presidente.

A estratégia funcionou e conseguiu não só garantir a sobrevivência com dignidade da UFMG como um bom trabalho interno de gerência. Para isso foram fundamentais a união da comunidade e o estreitamento dos laços com a imprensa. A equipe dirigente da UFMG se reunia nos finais de semana e todos nós estávamos a postos para coletar e montar um sistema de informações claro, confiável e atualizado para responder às acusações do governo Collor. Como consequência, a UFMG deu um salto enorme no processo de organização das suas próprias informações. Ao final de 94, muitos desses programas já estavam informatizados, com atualizações on-line e facilidade para gerar relatórios.

Esse período difícil, mas também de grandes conquistas para a UFMG teve reflexos expressivos na Escola. Devo dizer que me sinto profundamente honrada por ter participado dessa luta que foi de todos, mas conduzida de maneira firme, lúcida e corajosa pela nossa reitora, Prof.<sup>a</sup> Vanessa Guimarães. É uma administradora excepcional e deu, em todas as ocasiões, grande apoio aos programas da Escola, sobretudo no que se refere à melhoria da infra-estrutura visando ao desenvolvimento dos programas acadêmicos. A Escola havia ocupado o novo prédio em 1990, e durante os quatro anos seguintes foram feitos os ajustes sempre necessários quando se muda para uma casa nova, mesmo que ela seja maior e melhor do que a antiga. Várias unidades da UFMG solicitaram espaços no novo prédio alegando que o mesmo era grande demais para a Biblioteconomia e ficaria ocioso. A realidade mostrou como os programas existentes puderam se expandir e novos surgiram. Os laboratórios melhoraram. Os estudos para a implantação do curso noturno avançaram, pois essa era uma exigência do governo federal e meta da própria reitora. O curso noturno efetivamente só foi criado em 1997, no mandato da Prof.<sup>a</sup> Vera Furst. Houve a consolidação das novas normas acadêmicas elaboradas pela Câmara de Graduação em 1997. Foi feita a



implantação de um sistema informatizado de registro e controle da vida acadêmica dos alunos, o que permitiu maior ocupação de vagas ociosas, diminuição do índice de evasão e aumento do índice de conclusão do curso de graduação. O índice de evasão devido à reopção era dramático no curso de Biblioteconomia e começou a diminuir. Pela primeira vez a UFMG iniciou um modelo de avaliação do ensino de graduação que serviu de referência para outras instituições. Houve um aumento significativo de bolsas de iniciação científica, de estágio e de monitoria. Foi criada, na época, a Semana da Iniciação Científica na UFMG. Foi criada também uma linha de apoio financeiro aos estudantes para que apresentassem trabalhos em congressos e seminários. Os recursos destinados à assistência estudantil através da FUMP aumentaram significativamente. Tudo isso beneficiou um contingente grande de alunos da Escola.

O programa de pós-graduação manteve o seu caminho em busca da excelência graças ao forte compromisso institucional e apoio que recebi do Prof. Afrânio Carvalho de Aguiar, das professoras Jeannette Kremer, vice-diretora que dividiu comigo os méritos da minha gestão, e Kátia Montalli que deu um novo alento e vigor à pós-graduação, além do apoio dos demais membros do Colegiado de pós-graduação. Em 1993 foi implantado o Núcleo Especializado em Capacitação de Pessoal em Informação Tecnológica Industrial, fruto do esforço conjunto e da persistência de Kátia e de Afrânio. Este havia sido responsável pelo projeto de criação do Núcleo e, na ocasião, era diretor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. O Núcleo foi financiado com recursos da ordem de 280 mil dólares provenientes de convênios com o SEBRAE e com o Ministério de Ciência e Tecnologia, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT). Começou suas atividades oferecendo cursos modulares de curta duração como o “Curso de Informação em Ciência e Tecnologia: produtos e serviços”. Realizou o primeiro Seminário Nacional de Informação para a Indústria e Comércio Exterior reunindo alguns dos maiores especialistas do país. Paralelamente, foi montada no Minascentro, onde aconteceu o Seminário, uma Exposição de Agências de Informação para Empresas. A partir de 1994, o Núcleo passou a oferecer um curso de especialização em Gerência de Recursos Informativos para a Indústria. Outra linha de ação foi o desenvolvimento de pesquisas na área. A 1ª delas, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Kátia Montalli estudou os pólos tecnológicos do Rio de Janeiro, Santa Rita do Sapucaí, Campinas, São Carlos e Florianópolis com o objetivo de identificar o tipo de informação de que esses núcleos necessitavam e que tipo de serviço a universidade poderia oferecer, uma ótima oportunidade de integração entre atividades acadêmicas e o setor empresarial.

Houve também uma melhoria expressiva do acervo das bibliotecas universitárias, não só com maior aquisição de livros, mas com o aumento e diversificação de títulos de periódicos assinados, além do avanço do programa de informatização. Na época, a Biblioteca Universitária era dirigida pelo Prof. Paulo da Terra Caldeira. A UFMG investiu US\$4,6 milhões em livros e periódicos, a maior rubrica orçamentária da Instituição. Nesse processo de compra conduzido nas unidades pelo

diretor, a Escola participou ativamente, pois os recursos eram significativos e o tempo para gastá-lo escasso, como sempre.

Aumentou o apoio à qualificação docente. A reposição das aposentadorias foi lenta, mas rigorosa e com perspectiva de futuro, privilegiando os candidatos com doutorado. A reitoria incentivou a criação de cursos de especialização, sobretudo para as áreas profissionalizantes como a nossa. Os processos de auto-avaliação da graduação e da pós permitiram a implantação do INA, sistema de informações acadêmicas alimentado pelas quatro pró-reitorias (graduação, pós, pesquisa e extensão) e da CPPD. A idéia era excelente. Não sei se ainda funciona. A UFMG se uniu também para evitar o desmonte da FINEP e do CNPq além de, internamente, fortalecer a FUNDEP cuja situação havia se agravado em 1991. A implantação da rede de fibras óticas interligando as unidades do Campus permitiu à comunidade acadêmica o acesso aos bancos de dados no Brasil e no exterior. A Universidade adotou nova matriz orçamentária distribuindo recursos de acordo com índices de qualidade, produtividade e eficiência de cada curso o que melhorou consideravelmente o orçamento da nossa Escola.

#### PESSOAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A CONSOLIDAÇÃO DO CURSO E DA ESCOLA

O meu programa de trabalho como candidata ao cargo de diretora da Escola de Biblioteconomia da UFMG, em 1990, trazia logo no início a seguinte afirmativa que já mencionei nessa entrevista, mas é bom repetir: "Antes de tudo, é importante destacar a continuidade e a preservação do trabalho de qualidade, seriedade e, algumas vezes, de pioneirismo que vem caracterizando a atuação desta Escola, que se fez ao longo dos anos e por muitas gerações. Ao mesmo tempo, renovar é preciso. Renovar o conhecimento, as idéias, as práticas e, sobretudo, as relações com a sociedade."

Garantir a continuidade e estimular a renovação foi um esforço coletivo do qual participaram muitas pessoas entre professores, alunos, funcionários técnicos e administrativos. Dirigi a Escola no momento dos seus 40 anos, em plena maturidade e produção. Mas foi também uma época de grande pressão contra a universidade, um desafio assustador. Vencido com entusiasmo, trabalho e muito apoio. Por isso destacar nomes de pessoas que contribuíram para a consolidação dos cursos e da Escola se torna uma tarefa difícil, pois são muitos. As pioneiras como Etelvina e Martha, tiveram um papel de destaque ao colocar o ensino de biblioteconomia como unidade acadêmica dentro da estrutura da UFMG. Foi um trabalho exaustivo, de grande habilidade política. As diretoras que me antecederam e aqueles que me sucederam no cargo sabem que cabe ao diretor a condução de um processo. O prestígio da Escola se constrói graças aos alunos interessados e estudiosos, aos professores competentes e comprometidos, aos funcionários dedicados e envolvidos com a instituição. Uma escola se faz no dia a dia, na sala de aula, no espaço da pesquisa, na execução das atividades administrativas, nos trabalhos de rotina, no estudar, orientar, preparar aula, se manter atualizado, pesquisar, publicar participar da vida da unidade, da vida da

universidade, e do mundo ao redor. Os individualistas, ainda que brilhantes, certamente não deixarão uma contribuição permanente. Ao longo dessa entrevista citei nomes que me marcaram e marcaram a Escola. Foi um registro afetivo pois não foram só esses mas muitos outros que souberam responder ao desafio de cada época.

**Entrevistadora:** E a concepção de Ciência da Informação, que mudanças ocorreram nos últimos anos?

**Profa. Maria Augusta** - Havia certo consenso quanto ao conceito de CI como área do conhecimento que trata da informação, tendo aspectos de ciência pura e de ciência aplicada. Dentro deste conceito, Biblioteconomia, Arquivística, Museologia, Comunicação e tantas outras fariam parte da área aplicada. Mas nem mesmo este pensamento era aceito por todos. CI e Biblioteconomia são duas coisas completamente distintas, diziam uns. Biblioteconomia é parte da CI e, portanto ambas têm muitas coisas em comum, diziam outros. Em 1970, o IBICT havia criado o seu curso de pós-graduação e sua revista, ambos com o título de Ciência da Informação. Na década de 80, a Escola iniciou seus primeiros passos para mudar de nome. Em 1991, o programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia passou a se chamar Pós-graduação em CI. Em 1996 veio a mudança de nome da revista e no ano 2000 a mudança de nome de Escola de Biblioteconomia para Escola de Ciência da Informação.

A mudança de nome foi bem aceita, bem assimilada, mas não tornou mais clara a definição de CI. Se a Biblioteconomia é parte da área aplicada da CI o que faz o profissional com essa formação? Qual é o seu nome? Qual é o seu perfil? Não é muito difícil pensar no que faz o pesquisador em CI, e os demais? Se nos EUA programas de pós-graduação em Biblioteconomia estão fechando, o único curso de graduação em CI de Minas fechou por falta de candidatos. Recentemente ouvi um bibliotecário de uma das mais tradicionais e conceituadas bibliotecas públicas do Brasil se apresentar para uma palestra com essas palavras: "Eu sou cientista da informação, com especialização em Biblioteconomia." Confesso que não entendi. Seria uma nova graduação ou apenas a necessidade de se apresentar de uma forma mais moderna?

Em resumo, 40 anos depois dos primeiros estudos sobre CI na UFMG, eu diria que o conceito da área ainda não é claro. Tenho ido regularmente aos EUA e lá, fora do ambiente acadêmico, quando você fala que é professora de uma escola de CI mesmo para interlocutores que estudaram em universidades conceituadas, a reação é a mesma daqui. O que é CI? O que se estuda nessa escola? Para que serve?

Não me lembro dos prognósticos que eram feitos para a área na década de 90, a não ser o fato de que tudo parecia indicar que a CI se aproximaria cada vez mais das tecnologias da informação e a nossa esperança era de que essas novas TIs seriam aplicadas com êxito e ótimos resultados nas bibliotecas mais necessárias e carentes, ou, quem sabe, no ano 2000 todas as bibliotecas públicas e escolares estariam

informatizadas, interligadas, ligadas ao mundo. Esse exercício de futurologia saiu errado.

É importante lembrar que a formação do bibliotecário no Brasil é diferente do modelo americano ou europeu. Aqui o direito de exercer a profissão, que é regulamentada por lei e fiscalizada pelos Conselhos, é privativo do graduado em Biblioteconomia, ao contrário de outros países onde há poucos cursos de graduação e a formação do bibliotecário se dá em nível de pós-graduação, onde a pessoa, já com formação em determinada área, estuda disciplinas técnicas relativas aos aspectos da Biblioteconomia que lhe interessam. É algo semelhante à dupla formação de que já falamos. Imagina-se que um químico, com pós-graduação em Biblioteconomia ou em CI, esteja mais preparado para atuar com a informação de sua área do que alguém com dupla formação em Biblioteconomia ou em CI, ou seja, o domínio de técnicas em detrimento do conteúdo da informação.

Não vejo problema no fato de uma escola ou um departamento alterarem o seu nome para CI. Lamentaria se a única razão fosse apenas se afastar do termo biblioteca, ser mais moderno, estar mais na moda. Atrair profissionais com formações diferentes é ótimo para área. Mas a Escola que é responsável pela formação do graduado em Biblioteconomia que terá por título o nome de bibliotecário, que vai exercer a profissão em diferentes bibliotecas, em banco de dados, em núcleos de informação tem a obrigação de trabalhar em conjunto com os conselhos e associações para alterar a lei que regulamenta a profissão, aproximando-a mais da realidade. Esse não é um problema só dos órgãos fiscalizadores, mas também dos formadores. E, os professores dessa Escola que forma bibliotecários, não importa a graduação que tenham, precisam conhecer bastante bem uma biblioteca, ler bons trabalhos sobre bibliotecas, conhecer as bibliotecas brasileiras, as bem sucedidas e aquelas que fracassaram e entenderem o porquê desse fracasso, as pequenas e as grandes, as experiências latino americanas como as chilenas e colombianas dando exemplo ao mundo, as bibliotecas públicas e escolares americanas, conhecer as agendas de governo que priorizam planos nacionais, estaduais e municipais voltados para livros, leitura e uso da internet em bibliotecas brasileiras. A graduação e a pós-graduação devem estar bem preparadas tecnicamente, mas devem também discutir, refletir, participar, publicar, pesquisar, dar opinião. Assim a Escola de Ciência da Informação da UFMG, com o seu conjunto de professores e alunos, poderá efetivamente contribuir para a solução de problemas ligados à informação mas também à formação do cidadão nesse estado e nesse país..

Como já disse, acredito que só a mudança de nome não confere mais prestígio social, amplia o mercado ou altera significativamente a média salarial. Amplia sim a concorrência porque trabalhar com informação certamente não será mais privativo do bibliotecário, mesmo que a lei assim o determine, e nem mesmo dentro das bibliotecas ditas tradicionais. Hoje, tomando como exemplo as bibliotecas públicas, grande parte das atividades nelas realizadas, pode ser bem exercida não só pelo bibliotecário como por vários outros profissionais. Formação de acervos,

mediação da leitura, referência em diferentes níveis, preservação e restauração de acervos, gestão de redes municipais de bibliotecas são áreas em que estão atuando, com sucesso, graduados em Letras, História, Pedagogia, Administração e vários outros.

Encerro o meu pensamento sobre essa questão voltando ao artigo já citado do Prof. Tefko Saracevic, ainda bastante atual. Em sua parte final, o autor fala da necessidade da CI: "O problema proposto pela CI, a tarefa massiva de tornar mais acessível um acervo crescente de conhecimento assim como todos os problemas mais específicos que se seguirem estão ainda à nossa volta e estarão aí com ou sem a CI... Existindo ou não um campo organizado chamado CI, os problemas não terminarão. Eles estão aí, independentemente de sua rotulação... Finalmente, não importa se a atividade que trata dessas questões seja chamada de CI, de Informática, de Ciências da Informação, Estudos de Informação, Ciências da Computação e Informação, Ciência da informação e Engenharia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, ou qualquer outra forma desde que os problemas sejam enfocados em termos humanos e não tecnológicos. A CI, sob qualquer nome, significando um corpo organizado de conhecimentos e competências, teve e pode continuar tendo grande contribuição nesses estudos. Tem um registro comprovado de interdisciplinaridade. Sob qualquer nome ou patrocínio, as atividades profissionais e científicas da CI são necessárias... Preenchendo tal necessidade, a CI poderá ser mais bem definida e reestruturada, como a sociedade quer.

**Entrevistadora:** Considerando a época em que a senhora foi diretora e a realidade contemporânea que mudanças destacaria? O que ainda permanece igual?

**Profa. Maria Augusta** - Pode-se dizer que muita coisa mudou e muita coisa ficou igual. Ou pedindo emprestadas as palavras do maior escritor brasileiro, o grande Machado de Assis, eu não saberia dizer "Se mudou o Natal ou mudei eu." Infelizmente não tenho acompanhado as atividades da Escola como gostaria.

Nos últimos nove anos estive totalmente envolvida com a direção da Superintendência de Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais, unidade da Secretaria de Estado da Cultura, responsável pela Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, órgão principal de uma rede formada por mais de 850 bibliotecas públicas municipais, cobrindo praticamente todos os municípios do Estado. Poderia cobrir todos, se alguns dos nossos prefeitos não tivessem ainda a estranha mania de fechar bibliotecas, passado o período eleitoral. Para que biblioteca se a Internet está aí? E se esquecem que apenas 25% dos domicílios brasileiros estão ligados à Internet, que o Programa Sociedade da Informação desde 1998 tenta ligar todas as bibliotecas públicas municipais à Internet e ainda não conseguiu embora o FUST continue sendo recolhido mensalmente. Hoje o Programa Mais Cultura é um dos mais importantes da agenda do MinC e contempla ações voltadas para livro, leitura e bibliotecas. O Plano Nacional do Livro e

da Leitura que também privilegia as bibliotecas é uma das melhores realizações da área federal dos últimos governos. No âmbito do estado, elaborei e implantei o Programa Construindo uma Minas Leitora, que se tornou um dos projetos estruturadores mais importantes da Secretaria de Cultura.

Os problemas do acesso à leitura e à informação pela população mais pobre, do uso eficiente das tecnologias da informação pelas pequenas e médias bibliotecas continuam, mas hoje já ganham espaço nas agendas de governo. Ganharam espaço também na minha agenda de bibliotecária responsável por um grande sistema, mas eu desconfio, e tomara que eu esteja errada, que esses temas foram reduzidos na agenda de prioridades da Escola de Ciência da Informação. Não cruzei com a Escola nos fóruns nacionais e estaduais que tratavam desses problemas críticos para o desenvolvimento do país. Não cruzei com a Escola em nenhum dos encontros nacionais do Programa Sociedade da Informação, nem nos encontros estaduais de bibliotecas públicas municipais. Não foi por falta de convite. Por duas vezes fui à Escola e solicitei espaço para falar da rede de bibliotecas e de temas que poderiam ser objeto de estudo da Ciência da Informação.

Teria achado ótimo se a Escola tivesse sido parceira nessa caminhada profissional, mas o desencontro de agendas fez com que eu buscasse outros interlocutores. Assim não posso comparar a Escola da época em que fui diretora com a de agora. Sei que o perfil do corpo docente mudou bastante, com professores de diversas formações o que deve facilitar bastante o trabalho interdisciplinar da CI. Sei que a ênfase em TI também aumentou como era de se prever. Hoje penso que o grande desafio é usar todo o potencial das TIs a favor das pessoas e não o contrário. Como disse o pesquisador em CI, Tefko Saracevic os problemas estão aí, devem ser enfocados do ponto de vista humano e não tecnológico. E tenho certeza que novos tempos virão. Tempos de Etelvina Lima como escreveu o Professor Briquet lembrando os 40 anos da ECI. Ela certamente será uma parceira fundamental no esforço dos bibliotecários e outros profissionais da informação na busca de soluções para os problemas que afligem o país há anos.

Ao encerrar a entrevista, agradeço à ECI a oportunidade de contar um pouco da minha história que é parte também da história dessa instituição tão significativa. Agradeço de modo muito especial à Prof. Aparecida Moura, representante de uma nova geração de bibliotecários comprometidos com a realidade e dispostos a mudar esse país. Agradeço seu trabalho, que foi grande, sua gentileza e seus comentários.

**Entrevistadora:** Agradecimentos são devidos à bolsista de iniciação científica, Isabella Brito Alves, cujo apoio na transcrição e gestão dos conteúdos permitiu a estruturação da versão final desta entrevista.